

Minuta da Ata da 52ª Reunião Ordinária
da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,
realizada em 14/09/2009, 2ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Andréa Souza Santos – Ministério do Meio Ambiente
4. Ernani Lustosa Kuhn – Ministério da Fazenda
5. Fernanda Bocorny Messias – Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio
6. Emanuel Tobias – Ministério dos Transportes

Outros Participantes:

1. Samira Sana Fernandes de Souza – Ministério de Minas e Energia
2. João Luiz Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
3. Luís Fernando Badadhan – Ministério de Minas e Energia
4. Leandro Waldvogel – Ministério das Relações Exteriores
5. Roberto Cavalcante - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
6. Thiago de Araújo Mendes - Ministério da Ciência e Tecnologia

Resumo das discussões e decisões da 52ª Reunião Ordinária da Comissão:

- Aprovação da Ata da 7ª Reunião Extraordinária:
- Análise dos projetos – síntese:

Número	Projeto	Posição anterior	Posição pós-reunião
193	Usina Interlagos	Ressalvas	Ressalvas
201	PCH Faxinal II	Revisão	Revisão
235	PCH Goiandira	Revisão	Revisão
237	Jaguarão	Revisão	Revisão
238	Serra dos Antunes	Revisão	Revisão
239	Livramento	Revisão	Revisão
241	Paragominas	Revisão	Aprovado
243	Rafard	Revisão	Revisão
244	Costa Pinto	Revisão	Revisão
245	BRASCARBON 02	Revisão	Revisão
246	BRASCARBON 03	Revisão	Revisão
247	BRASCARBON 05	Revisão	Revisão
248	BRASCARBON 07	Revisão	Revisão
249	BRASCARBON 08	Revisão	Revisão
251	Queluz e Lavrinhas	Submetido	Revisão
252	Ecobio Carbon 02	Submetido	Revisão
253	Ecobio Carbon 03	Submetido	Revisão
254	Ecobio Carbon 05	Submetido	Revisão
256	Cia. Iguaçu Café Solúvel	Submetido	Ressalvas
257	Siderpita	Submetido	Ressalvas

- Solicitação de Participantes de Projeto quanto à publicação dos ofícios emitidos pela CIMGC.
- Consulta de Participantes de Projeto sobre os procedimentos pertinentes à realização da consulta aos atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto do MDL.
- Aprovação da Ata da 51ª Reunião Ordinária.
- Assuntos adicionais abordados pelos membros.

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, iniciou a 52ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima com a aprovação da Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão e a ata da 51ª Reunião Ordinária da Comissão.

1. Aprovação da Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, perguntou se existia alguma modificação a ser realizada na Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão e passou a palavra para a Dr. Andréa Souza Santos (MMA) que solicitou uma alteração na página 26, pois a pedido da titular do Ministério de Meio Ambiente, Drª Branca Americano, era necessário esclarecer que a nota técnica do Ministério de Minas e Energia sobre a Instrução Normativa nº 7 do IBAMA fosse encaminhada à Casa Civil como anexo ao restante do material já que não havia sido votada na Comissão.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez leu as duas primeiras linhas da página 27 onde consta que “a nota técnica é de autoria do MME, que será encaminhada à Casa Civil pela Comissão apenas como anexo” demonstrando que a solicitação da Dr. Andréa Souza Santos já constava claramente na ata.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou ainda que a nota poderia seguir como anexo da carta, o que na realidade já havia sido o procedimento adotado, mas que isso não precisava constar em Ata. Ele sugeriu a exclusão das frases que começavam com a palavra “também” e “Ela disse” e a Dr.ª Andréa Souza Santos concordou.

O Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou a palavra para o Dr. João Luiz Tedeschi (MME) que solicitou a seguinte alteração na página 2:

Onde se lê “Aprovação da Ata da 51ª Reunião Ordinária”, leia-se “Aprovação do Extrato da Ata da 51ª Reunião Ordinária”.

O Dr. João Luiz Tedeschi solicitou uma correção no 7º parágrafo da página 5 e o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez sugeriu a seguinte modificação para este trecho:

Onde se lê “Portanto, a CIMGC deliberou que o projeto (...)”, leia-se “Uma semana após a reunião da Comissão, o MMA manifestou-se e a CIMGC deliberou que o projeto (...)”.

O Dr. João Luiz Tedeschi solicitou ainda as seguintes modificações:

- No último parágrafo da página 20, onde se lê “(...) apresentado um parecer jurídico do MCT (...), leia-se “(...) apresentado um parecer da Consultoria Jurídica do MCT (...)”.

- No antepenúltimo parágrafo da página 23, onde se lê “A palavra foi passada para o MME, e o Dr. Luís Fernando Badanhhan (...), leia-se “A palavra foi passada para o MME, e o Dr. João Luiz Tedeschi (...)”.

- No penúltimo parágrafo da página 26, onde se lê “A Dr. Branca Americano votou (...)”, leia-se “A Dr. Branca Americano manifestou-se (...)”.

- No segundo parágrafo da página 27, onde se lê “(...) foi uma aprovação da ata (...), leia-se “(...) foi uma aprovação do extrato da ata (...)”.

O Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou a palavra para o Dr. Leandro Waldvogel (MRE) que solicitou a seguinte modificação no último parágrafo da página 23:

Onde se lê “(...) para embasar tecnicamente a sua decisão (...)”, leia-se “(...) para embasar tecnicamente a decisão da Comissão (...)”.

O Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, perguntou se poderia aprovar a ata com as modificações que foram introduzidas. Como nenhum dos participantes da reunião se manifestou de forma contrária, a Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão foi aprovada.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez iniciou a deliberação pelos projetos aprovados com ressalvas cujos proponentes não apresentaram respostas satisfatórias aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias.

- 193 – Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos** (ofício 379, de advertência, enviado em 22/10/2008. Em 23/01/2009 foi recebida mensagem eletrônica informando interesse quanto à manutenção do projeto. Em 18/03/2009 foi recebida correspondência contendo solicitação similar. Novo ofício (412) enviado pela Sec. Executiva da CIMGC em 12/8/2009. Reposta recebida em 18/08/2009. e-mail recebido em 21/0/09 com informação sobre dificuldades contratuais com a validadora atual. Cogita-se mudança de EOD).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez sugeriu que se mantivesse a aprovação com ressalva, mesmo não tendo sido cumprido o prazo de 60 dias, tendo em vista se tratar de problema com a EOD.

Enfim, a CIMGC deliberou pela manutenção da **aprovação com ressalvas** do Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos**, aguardando o envio do novo relatório de validação elaborado por uma nova EOD e com nova metodologia válida.

O Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou em seguida para a categoria de projetos **em revisão** cujos proponentes **ainda não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias.

- 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II** (ofício 389, enviado em 27/01/2009. Em 18/03/2009 foi recebida correspondência, informando interesse quanto à

manutenção do projeto. Novo ofício (413) enviado pela Sec. Executiva da CIMGC em 12/8/2009. Reposta recebida em 18/08/2009)

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez sugeriu que se mantivesse o projeto **em revisão**, mesmo não tendo sido cumprido o prazo de 60 dias. Nesse sentido, aguarda-se um novo relatório de validação. Os membros foram questionados se existiria alguma objeção.

A CIMGC deliberou por manter o Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II em revisão**.

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou para a deliberação dos projetos em revisão cujos proponentes ainda não apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC

- 237 – Parque Eólico Jaguarão (ofício 405 enviado em 23/07/2009);
- 238 – Parque Eólico Serra dos Antunes (ofício 411 enviado em 23/07/2009);
- 239 - Parque Eólico Livramento (ofício 408 enviado em 23/07/2009);
- 243 – Projeto de Co-geração com Bagaço Rafard (PCBR) (ofício 410 enviado em 23/07/2009);
- 244 – Projeto de Co-geração com Bagaço Costa Pinto (PCBCP) (ofício 406, enviado em 23/07/2009).
- 248 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-07 (ofício enviado em 25/08/2009);

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou que apesar de ainda não haver resposta com relação a esses projetos, ainda estariam dentro do prazo.

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou a considerar os projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC.

- 235 – Atividade do Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas Goiandira, Pedra do Garrafão, Pirapetinga e Sítio Grande (ofício 401, enviado em 25/05/2009, com resposta recebida em 01/07/2009. Votação Eletrônica)

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago que relembrou que na reunião anterior a posição do MCT era pela aprovação com ressalvas com esclarecimento de dois pontos relacionados a correções em planilhas e coordenadas de uma das PCHs. O Dr. Adriano Santhiago passou a palavra para o MMA, que por ocasião da reunião anterior havia solicitado um tempo maior para a análise do projeto, além do prazo dado para votação eletrônica.

A Dr. Andréa Souza Santos falou que existe problemas na licença ambiental, inconsistências nas respostas aos questionamentos da prefeitura de Campos de Goitacazes com relação a PCH e entre outros pontos relacionados ao anexo III da Resolução 01. Com base nesses elementos, a Dr. Andréa Souza Santos solicitou que o projeto fosse mantido em revisão.

O Dr. Adriano Santhiago registrou que o empreendedor apresentou um termo de compromisso com o Instituto Chico Mendes, bem como uma lista que contém uma série de programas. Ressaltou ainda que o empreendedor já possui a licença ambiental expedida pelo IBAMA. O Dr. Adriano Santhiago perguntou ao MMA se isso poderia ser resolvido com uma ressalva. A Dr. Andréa Souza Santos não concordou pelo fato das solicitações conterem elementos sobre o anexo III, sugerindo a manutenção do projeto em revisão.

Portanto, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou que a proposta seria pela revisão da atividade e questionou se existia alguma objeção.

Portanto, a CIMGC deliberou o Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas Goiandira, Pedra do Garrafão, Pirapetinga e Sítio Grande fosse revisto, considerando-se os elementos considerados pelo MCT e MMA.

- 241 – Projeto de MDL Paragominas (ofício 409, enviado em 23/07/2009, com resposta recebida em 20/08/2009);

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago que abordou os esclarecimentos prestados pelo proponente. A proposta do MCT foi pela aprovação do projeto, tendo em vista o atendimento integral às solicitações.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez questionou se existia alguma objeção em relação a aprovação do projeto.

A CIMGC deliberou pela aprovação do projeto de MDL Paragominas.

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou a considerar os Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em não conformidade com a Resolução 05 da CIMGC.

- 245 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-02, Brasil (ofício 414, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 09/09/2009).
- 246 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-03 (ofício 416, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 09/09/2009);
- 247 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-05 (ofício 415, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 09/09/2009);

- 249 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-08 (ofício 418, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 09/09/2009).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago que registrou o envio das respostas fora do prazo regulamentar estabelecido pelas Resoluções da CIMGC. Dessa forma, não houve tempo hábil para a análise.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez sugeriu que os projetos mencionados acima deveriam ser analisados na próxima reunião.

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou a considerar os Projetos **submetidos** na última reunião:

- 251 – Projeto de Energia Renovável Queluz e Lavrinhas (Entrada em 14/7/2009);

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago. Foram solicitados esclarecimentos sobre pontos de incompatibilidade entre PPD E DCP, bem como outros elementos adicionais. O Dr. Adriano Santhiago manifestou que a sugestão do MCT seria pela aprovação do projeto com ressalvas.

A Dr. Andréa Souza Santos registrou que o projeto apresenta problemas nas licenças ambientais, o anexo III não foi bem escrito e solicitou a revisão do projeto.

O Dr. João Luiz Tedeschi também solicitou a revisão do projeto devido a problemas no anexo III, bem como nas coordenadas das PCHs.

Portanto, a CIMGC deliberou pela revisão do projeto de Energia Renovável Queluz e Lavrinhas, devendo ser atendidas as seguintes solicitações:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- Incluir numeração e título das tabelas, em ambas as versões (PDD e DCP).

- Esclarecer qual seria o percentual adicional que o MDL traria em relação às análises de TIR apresentadas, incluindo a análise de sensibilidade. Desta forma, haveria indicações claras que com a receita adicional do MDL o empreendimento teria TIR maior que o *benchmark* analisado. Fornecer a planilha de cálculo para a TIR.

- Alterar para (MM/DD/AAAA), notação empregada em inglês, a tabela no item B.5 onde a data dos eventos está conforme utilizado na língua portuguesa (DD/MM/AAAA).

2. Apresentar esclarecimento sobre o Pedido de Ação Futura (PAF).
 3. Reapresentar o Anexo III harmonizando a seção C junto à informação apresentada no PAF 1 do Relatório de Validação.
 4. Apresentar esclarecimento sobre o vencimento da LO a título precário de Lavrinhas.
 5. Esclarecer por que as licenças apresentadas estão em nome de diferentes entidades;
 6. Esclarecer o envio da Licença de Operação para “fabricação de massa de concreto”;
 7. Reapresentar o Anexo III para identificar e especificar de forma satisfatória a forma pela qual o projeto contribuirá com desenvolvimento sustentável da região;
 8. Verificar e uniformizar as coordenadas das PCHs, de acordo com as licenças ambientais e resoluções da ANEEL;
 9. Informar que o método utilizado para efetuar o cálculo *ex-ante* das reduções de emissões foi o método da análise do despacho, considerando-se os dados disponibilizados pela Autoridade Nacional Designada Brasileira (CIMGC) como fonte para o cálculo do Fator de Emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN).
- 252 – Projeto de tratamento e Utilização de Dejetos de Suínos Ecobio Carbon – Suinocultura no 2. (Entrada em 14/07/2009);
 - 253 - Projeto de tratamento e Utilização de Dejetos de Suínos Ecobio Carbon – Suinocultura no 3. (Entrada em 14/07/2009);
 - 254 - Projeto de tratamento e Utilização de Dejetos de Suínos Ecobio Carbon – Suinocultura no 5. (Entrada em 14/07/2009);

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago. No que se refere à análise do MCT, foram identificados problemas de tradução, necessidade de esclarecimentos sobre o uso de biofertilizantes, ausência da análise de sensibilidade no DCP, entre outros. O Dr. Adriano manifestou ainda que os problemas identificados com relação aos 3 projetos da Ecobio Carbon eram similares.

A Dr. Andréa Souza Santos identificou informações divergentes no DCP e problemas nas licenças ambientais do Projeto Ecobio Carbon nº 2. Da mesma forma que o Dr. Adriano, a Dra. Andréa também registrou que os outros projetos de suinocultura da Ecobio Carbon apresentavam os mesmos problemas do Projeto Ecobio Carbon nº 2.

Com base nos elementos apresentados, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez questionou se os três projetos de suinocultura mencionados acima poderiam ser considerados em revisão.

Na ausência de manifestação contrária, a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de tratamento e Utilização de Dejetos de Suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº 2, devendo ser atendidas as seguintes solicitações:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - Corrigir a tradução do DCP em português: “O lodo final será tratado anaerobicamente e aplicado nas terras das próprias granjas ou granjas vizinhas.” Página 14 – tradução errada;
 - Figura 11 página 21 do DCP.
 - Figura 01 do Anexo 4 – tradução errada.
 - Rever a tradução da terceira tabela da página 33 (fator de emissão);
 - Realizar a tradução da sigla ERPA na página 35;
2. Responder aos seguintes questionamentos:
 - Qual é o volume de biofertilizante e de outros subprodutos gerados no processo por unidade de produção?
 - Qual é o valor comercial do biofertilizante e de outros subprodutos gerados no processo ou o valor da redução de custo em relação à utilização dos mesmos na produção agrícola interna a cadeia produtiva de uma granja?
 - O projeto utiliza biofertilizante ou outros subprodutos originados do projeto de MDL? Se sim, este montante é significativo em relação aos custos totais do projeto? Há barreiras significativas para utilização dos mesmos para reduzir os custos? Se sim, estas barreiras são mais significativas que os benefícios de redução de custo gerados? Se não, esclareça as causas para a não inclusão dos mesmos na análise de investimento realizada no DCP.
3. Reapresentação do Relatório de Validação para revisar a informação de que o proponente de projeto apresenta, no documento de concepção de projeto, uma análise de sensibilidade.
4. Apresentar a regularização do licenciamento ambiental de alguns empreendimentos:
 - Licença de Operação LO Nº. 00568/2007, emitida pela Fundação de Meio Ambiente – FATMA. Licença vencida;
 - Licença de Operação LO Nº. 0041/2001, emitida pela Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Licença vencida.
5. Corrigir informações no DCP em relação à:
 - Localização geográfica de algumas propriedades;
 - Inclusão do município de São Valentim-RS e exclusão de Barrão de Cotegipe-RS;

6. Revisão do Anexo III, no que tange aos tópicos relacionados à contribuição para o desenvolvimento sustentável e para a distribuição de renda, visando, no primeiro caso, a uma argumentação com foco no projeto de MDL (e não em pesquisas levadas a cabo pelo proponente do projeto, como nota-se no texto do Anexo III). E no segundo caso, a uma explanação com ênfase no aspecto social da distribuição de renda (e não apenas nos possíveis benefícios aos proprietários das fazendas).

A CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de tratamento e Utilização de Dejetos de Suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº 3, devendo ser atendidas as seguintes solicitações:

1. Reapresentação do DCP/PDD para as seguintes correções/alterações:
 - A figura 9 da página 18 está com legenda em inglês no DCP.
 - Na página 31 do DCP falta unidade na tabela 6 item B.6.3..
 - Corrigir na página 21 legenda da figura 11 que está em inglês no DCP.
 - Corrigir na página 33 do DCP tabela que apresenta termos em inglês.
 - Apresentação da análise de sensibilidade no DCP.
 - Corrigir a divergência na tradução: Pag. 13 do DCP: “O lodo gerado será tratado anaerobicamente ...” / Pag. 12 do PDD: “The final sludge will be handled aerobically ...”
 - Corrigir o ponto divergente na tradução: Figura 01 do Anexo 4.
2. Responder aos seguintes questionamentos:
 - Qual é o volume de biofertilizante e de outros subprodutos gerados no processo por unidade de produção?
 - Qual é o valor comercial do biofertilizante e de outros subprodutos gerados no processo ou o valor da redução de custo em relação à utilização dos mesmos na produção agrícola interna a cadeia produtiva de uma granja?
 - O projeto utiliza biofertilizante ou outros subprodutos originados do projeto de MDL? Se sim, este montante é significativo em relação aos custos totais do projeto? Há barreiras significativas para utilização dos mesmos para reduzir os custos? Se sim, estas barreiras são mais significativas que os benefícios de redução de custo gerados? Se não, esclareça as causas para a não inclusão dos mesmos na análise de investimento realizada no DCP.
3. Reapresentação do Relatório de Validação para revisar a informação de que o proponente de projeto apresenta, no documento de concepção de projeto, uma análise de sensibilidade.
4. Revisão do Anexo III, no que tange aos tópicos relacionados à contribuição para o desenvolvimento sustentável e para a distribuição de renda, visando, no primeiro caso, a uma argumentação com foco no projeto de MDL (e não em pesquisas levadas a cabo pelo proponente do projeto, como nota-se no texto do Anexo III). E no segundo caso, a uma explanação com ênfase no aspecto social da distribuição de renda (e não apenas nos possíveis benefícios aos proprietários das fazendas).

A CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de tratamento e Utilização de Dejetos de Suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº 5, devendo ser atendidas as seguintes solicitações:

1. Reapresentação do DCP/PDD para as seguintes correções/alterações:
 - Não é feita referência à tabela 1 na página 7 do DCP.
 - Corrigir legenda da figura 9 da página 18 que está em inglês no DCP.
 - Na página 31 do DCP falta unidade na tabela 6 item B.6.3.
 - Corrigir na página 21 legenda da figura 11 que está em inglês no DCP.
 - Corrigir na página 33 do DCP tabela que apresenta termos em inglês.
 - Apresentação da análise de sensibilidade no DCP.
 - Corrigir “O lodo final será tratado anaerobicamente e aplicado nas terras das próprias granjas ou granjas vizinhas.” Página 16 – tradução errada;
 - Corrigir Ponto divergente na tradução: Figura 01 do Anexo 4
2. Responder aos seguintes questionamentos:
 - Qual é o volume de biofertilizante e de outros subprodutos gerados no processo por unidade de produção?
 - Qual é o valor comercial do biofertilizante e de outros subprodutos gerados no processo ou o valor da redução de custo em relação à utilização dos mesmos na produção agrícola interna a cadeia produtiva de uma granja?
 - O projeto utiliza biofertilizante ou outros subprodutos originados do projeto de MDL? Se sim, este montante é significativo em relação aos custos totais do projeto? Há barreiras significativas para utilização dos mesmos para reduzir os custos? Se sim, estas barreiras são mais significativas que os benefícios de redução de custos gerados? Se não, esclareça as causas para a não inclusão dos mesmos na análise de investimento realizada no DCP.
3. Apresentar a razão pela qual foram enviadas cartas convite para os organismos pertinentes no município de Xavantina/SC, sendo que este município não foi citado no DCP e PDD como local onde será desenvolvido o projeto.
4. Reapresentação do Relatório de Validação para revisar a informação de que o proponente de projeto apresenta, no documento de concepção de projeto, uma análise de sensibilidade.
5. Revisão do Anexo III, no que tange aos tópicos relacionados à contribuição para o desenvolvimento sustentável e para a distribuição de renda, visando, no primeiro caso, a uma argumentação com foco no projeto de MDL (e não em pesquisas levadas a cabo pelo proponente do projeto, como nota-se no texto do Anexo III). E no segundo caso, a uma explanação com ênfase no aspecto social da distribuição de renda (e não apenas nos possíveis benefícios aos proprietários das fazendas).
6. Apresentação dos seguintes documentos:
 - Licença de Operação válida referente ao produtor Leopoldo Bona;
 - Licença de Instalação e Operação válida do produtor Valdir Roberto Kaefer -terminação, uma vez que a Licença Prévia apresentada expirou em julho do corrente ano e que esse tipo de licença não é passível de renovação;
 - Licença de Operação válida do produtor Marlise Beatriz Grams Gish, uma vez que foi apresentada somente a Licença de Instalação que venceu em 12/02/2009.

- 256 – Queima de resíduo de biomassa para geração de vapor de processo na fabricação de café solúvel em substituição ao óleo combustível na Cia. Iguaçu de Café Solúvel (Entrada em 18/8/09);

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago. Tendo como base a análise do MCT, não foram identificados maiores problemas com relação à atividade de projeto, mas o MME registrou a falta de licença específica para a caldeira e sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalva.

A Dr. Andréa Souza Santos concordou com aprovação com ressalva devido ao fato de que a licença ambiental se encontrava com prazo de validade expirado.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez questionou se existiria alguma objeção em relação à aprovação com ressalvas.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação com ressalvas do projeto Queima de resíduo de biomassa para geração de vapor de processo na fabricação de café solúvel em substituição ao óleo combustível na Cia. Iguaçu de Café Solúvel, condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

1. Apresentar licença ambiental específica da atividade de projeto (a licença apresentada refere-se somente à produção de café solúvel). O Relatório de Validação menciona que *“O projeto possui autorização ambiental (número 19.440) para as atividades relacionadas tanto à caldeira de biomassa quanto ao pátio de armazenamento de biomassa, concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 12 de dezembro de 2007”*. Contudo, não foi apresentado este documento.

Novos projetos:

- 257 - Projeto Geração com Gás de Alto Forno da Siderpita (Entrada em 20/08/09) .

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago que abordou problemas relacionados à tradução, à licença ambiental, aos organogramas no item b do anexo IV, à necessidade de harmonizar as versões em inglês e em português do relatório de validação, à necessidade de reapresentação do CNPJ de um dos participantes do projeto. O Dr. Adriano declarou que o MCT sugeria a aprovação da atividade de projeto com ressalvas, tendo em vista se tratar de exigências de relativa facilidade de resolução.

A Dr. Andréa Souza Santos e o Dr. João Luiz Tedeschi concordaram com a sugestão, bem como os outros membros da CIMGC.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação com ressalvas do projeto Geração com Gás de Alto Forno da Siderpita, condicionada ao atendimento das seguintes **ressalvas**:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - Mencionar qual é versão da ferramenta para cálculo do fator de emissão utilizada;
 - Esclarecer como o MDL ajudou a superar as barreiras de investimento, uma vez que a taxa de retorno do empreendimento ainda não fez com que o resultado do mesmo supere seu benchmark.
 - Que o organograma do item “b” do Anexo 4 seja traduzido
2. Reapresentação das duas versões do Relatório de Validação (inglês e português) para corrigir os seguintes problemas:
 - Harmonizar os dados dos relatórios de validação em relação a data de emissão e técnico responsável pela aprovação.
 - Harmonizar nos relatórios se o projeto utilizará período de crédito fixo ou renovável, realizando as devidas alterações correspondentes no restante do relatório.Resolver os seguintes aspectos de tradução:
 - Corrigir o erro de impressão na “Table of Contents”, página 4 do relatório de validação em inglês.
 - Traduzir para o português a referência ao escopo do projeto (tabela 1-1 na página 6, versão em português).
 - Traduzir e incluir no relatório em português (página 14, em inglês) o parágrafo “A detailed list including the functions or designations of the interviewed persons is given in chapter 7 (see Table 7-4). This table also includes reference codes to be used in the validation protocol”.
 - Traduzir e incluir o título da metodologia utilizada na seção 4.5 como está apresentado na versão em inglês.
 - Traduzir a pergunta B.2.6 do protocolo de validação para o relatório em português.
 - Corrigir a seguinte divergência: o Relatório de Validação aponta 11 SACs (solicitações de ação corretiva) na versão em português, enquanto que a versão em inglês fala em 12 CARs (corrective action requests).
 - Corrigir o Relatório de Validação no item Escopo pag. 5/81, pois menciona metodologia não utilizada na atividade de projeto: “baseado na AMS III.I, Produção de metano evitada no tratamento de efluentes por meio da substituição de lagoas anaeróbicas por sistemas aeróbicos”.
3. Apresentar Licença Ambiental renovada, ou documento comprovando que o processo de renovação está de acordo com os procedimentos legais segundo os órgãos ambientais competentes, inclusive garantindo que o suprimento de carvão vegetal da Usina é realizado em bases sustentáveis e renováveis.
4. Reapresentar as declarações informando CNPJ válido para a empresa CARBOTRADER segundo cadastro da Receita Federal.
5. Apresentar licença ambiental válida para a atividade de projeto, embora haja a citação no DCP de que há Licença de Operação provisória COPAM #0011/1977/009/2007 (2007/07/06);
6. Esclarecer o registro existente na ANEEL para a atividade de geração de energia a partir de gás de alto forno. O Despacho nº 3.528 de 04/12/2007, publicado em 05/12/2007, da SCG/ANEEL, redefiniu o combustível utilizado pela central

geradora termelétrica UTE Siderpita na geração de energia elétrica, passando-o de gás de alto forno para carvão vegetal;

3. Outros Assuntos

- Solicitação de Participantes de Projeto quanto à publicação dos ofícios emitidos pela CIMGC;

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago. Foi abordada a solicitação da empresa Ecopart no sentido de agregar no DCP os ofícios emitidos pela Comissão, bem como as respostas aos mesmos, no momento de apresentação para registro na UNFCCC.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez manifestou que não identificava nenhum tipo de problema quanto ao atendimento da solicitação e questionou se algum membro teria alguma objeção sobre concordar com esse procedimento por parte do solicitante.

Ao não haver manifestação contrária, a CIMGC deliberou pela incorporação dos documentos em referência àqueles que serão encaminhados pelo proponente à UNFCCC no momento do Registro da atividade de projeto.

- Consulta de Participantes de Projeto sobre os procedimentos pertinentes à realização da consulta aos atores envolvidos, interessados e/ou afetados pelas atividades de projeto do MDL.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago. Registrou-se a solicitação da Ecopart relacionada a elementos da carta convite para comentários. A empresa questionou se as cartas-convite para comentários relacionadas aos projetos que se encontram em processo de validação, ainda sem DCP e Anexo 3, poderiam ser enviadas aos *stakeholders* registrando que os dois documentos em referência deveriam ser solicitados sob demanda.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez manifestou que esse procedimento estava em desacordo com a resolução nº 7 e solicitou a opinião dos membros.

A Dr. Andréa Souza Santos opinou que esse tipo de procedimento poderia trazer dificuldades ao acesso à informação.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou que essa solicitação se restringia somente a esse participante do projeto.

O Dr. Thiago de Araújo Mendes lembrou que com a decisão anterior sobre a permissão da publicação de ofícios da CIMGC, bem como das respostas aos mesmos, a empresa poderia tornar pública a eventual decisão com relação às cartas-convite.

A Dr. Samira Sana Fernandes de Souza (MME) questionou se essa decisão não abriria um precedente, tendo em vista que poderia resultar em solicitações similares. Manifestou ainda que em sua opinião, deveria se aceitar o procedimento para todos ou se manteria a regra.

A Dr. Andréa Souza Santos voltou a dizer que isso poderia dificultar processo de transparência de informação e concordou com a Dr. Samira Sana Fernandes de Souza sobre a abertura de precedente.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez manifestou não identificar maiores problemas para esse caso, até por que até o momento a manifestação dos *stakeholders* tem sido baixa ou nula.

Portanto, a CIMGC deliberou pela concordância com relação à solicitação do proponente.

- Aprovação da Ata da 51ª Reunião Ordinária.

A Dr. Samira Sana Fernandes de Souza lembrou que faltava considerar a Ata da 51ª Reunião Ordinária, pois a mesma não havia sido aprovada durante a reunião extraordinária anterior. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez questionou se a ata poderia ser aprovada, e a CIMGC deliberou pela aprovação da Ata da 51ª Reunião Ordinária.

- Autorização para a publicação dos dados de consumo de combustível de térmicas para o cálculo dos fatores de emissão do sistema interligado.

A Dr. Samira Sana Fernandes de Souza comentou que Associação Brasileira de Empresas do Mercado de Carbono solicitou que o MME autorizasse a Comissão a publicar os dados de consumo de combustível das térmicas para o cálculo dos fatores de emissão do sistema interligado.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez lembrou que esses dados são confidenciais e propôs que não houvesse manifestação naquele momento, pois esse cálculo estava sob análise no Conselho Executivo do MDL e em breve haveria uma resposta.

- Comunicado da OAB de São Paulo sobre a natureza jurídica das Reduções Certificadas de Emissões (RCEs)

A Dr. Samira Sana Fernandes de Souza relatou o comunicado da OAB de São Paulo sobre a natureza jurídica das RCEs, considerando-as como direito intangível. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez manifestou que essa é exatamente a mesma posição do MCT. A Dr. Samira Sana Fernandes de Souza sugeriu que agradeceria pelo MME, o envio da

carta da OAB e a encaminharia para a Comissão. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez achou interessante, pois assim todos os Ministérios poderiam reagir individualmente.

➤ Instrução nº 07 do IBAMA

O Dr. Ernani Lustosa Kuhn (MFazenda) questionou sobre o encaminhamento da questão relacionada à IN em referência. O Dr. Miguez respondeu que os documentos acordados pela Comissão foram enviados para a Casa Civil por meio de Aviso Ministerial do MCT. Na opinião do Dr. José Domingos Gonzalez Miguez a Casa Civil consultaria a AGU sobre a questão, mas ressaltou que essa era opinião pessoal, pois ele não poderia pré-julgar a decisão da Casa Civil.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou ainda que tinha conhecimento de que o Deputado Sarney Filho pediria esclarecimentos à CIMGC sobre a questão, mas que não havia recebido nenhuma solicitação formal nesse sentido.

Não havendo assuntos adicionais a tratar, o Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, encerrou a 52ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, agradecendo uma vez mais a presença de todos.